



A INFLUÊNCIA DO TRANSPORTE ESCOLAR NO PROCESSO EDUCACIONAL DA E.M.E.F. PROFESSORA RAIMUNDA MACIEL DE AQUINO, CAMETÁ-PA.

Hamilton Corrêa Barroso

UFPA – Campus do Tocantins/Cametá, email: hamiltonbarroso08@gmail.com

Graduando do Curso de Pedagogia, Campus Universitário do Tocantins/Cametá.

Darley de Jesus Freitas Demétrio

Graduando do Curso de Pedagogia, Campus Universitário do Tocantins/Cametá

UFPA – Campus do Tocantins/Cametá, email: darleydejesusf.d@gmail.com

Françoayse Pinheiro Furtado³

UFPA – Campus do Tocantins/Cametá, email: francys.fp2705@gmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar o transporte escolar e as influências na vida escolar de alunos da E.M.E.F Prof.^a Raimunda Maciel de Aquino, na comunidade de Belos Prazeres, do distrito de Curuçambaba, Cametá-PA. Tem como objetivo identificar e discutir a influência do transporte escolar na vida de alunos da zona rural, que dependem desse meio de transporte, sendo que este é um direito do aluno e dever do estado garanti-lo. Porém, nem sempre isso ocorre e quando ocorre por muitas vezes não atende a comunidade como deveria, tornando-se assim um dos fatores determinantes para que os alunos encontrem maiores dificuldades para acompanharem os conteúdos e manterem-se inseridos no ambiente escolar; como é o caso da escola em que a pesquisa foi realizada. De acordo com o pensamento de Araújo (2008), Dourado (2005), Feijó (2006), entre outros, dos quais com seus conceitos e ideias ajudaram a compreender como o funcionamento do transporte escolar influencia no rendimento do aluno, e na evasão escolar dos mesmos. Assim como os programas de apoio a educação como: O (PNATE) Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, o (FNDE) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, assim também como a constituição Federal de 1988 (CF), o estatuto da criança e do adolescente (ECA), a lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), apoiam, garantem e promovem o acesso e a permanência desses alunos na escola.

Palavras – chave: Transporte Escolar. Educação. Evasão.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de pesquisa, o transporte escolar e como ele influencia no contexto da escola Municipal de Ensino Fundamental professora Raimunda Maciel de Aquino, na comunidade de Belos Prazeres no distrito de Curuçambaba, município de Cametá-PA.

Tendo como objetivo identificar os problemas e propor soluções para a ausência ou funcionamento inadequado e/ou irregular do transporte escolar dessa instituição da zona rural, que também atende alunos de outras localidades. Sendo assim, o transporte é imprescindível para que esses alunos possam chegar à escola, haja vista que às vezes esse é o único meio para que eles consigam esse acesso, considerando que sua realidade econômica não lhes proporciona outras alternativas.



A medida que a pesquisa foi sendo aprofundada, vários questionamentos vieram à tona, viu-se então a necessidade de buscar meios para compreendê-los, e assim apontar rumos e soluções para os problemas em questão, sendo que esses fatores podem influenciar negativamente no processo de ensino-aprendizagem. As perguntas mais relevantes discutidas foram: Quais os órgãos responsáveis por oferecer o transporte, e por que na realidade o mesmo não funciona como deveria, se é um direito garantido por lei? Como o TE, dependendo da qualidade que é oferecido, influencia no rendimento e na evasão escolar? Que problemas e/ou situações os alunos enfrentam no dia a dia por causa do transporte escolar?

A escola se enquadra em uma das instituições indispensáveis para a formação humana, porém, no campo, existe uma certa dependência do transporte escolar se levarmos em conta os aspectos geográficos. Sendo que no município de Cametá a maioria da população vive na zona rural. Se observarmos mais detalhadamente as instituições escolares nesse contexto, podemos constatar que uma boa parcela dos estudantes reside em locais distantes da escola, por isso faz-se necessário a oferta de um transporte de qualidade que atenda as reais necessidades da comunidade escolar.

A referida pesquisa terá uma grande significância em nossas vidas, pois, sempre tivemos curiosidade em entender “o porquê?” da evasão escolar ser tão frequente nessa escola. Também irá contribuir em nível acadêmico para estimular outros colegas a tratarem desse tema que é tão pouco lembrado, mas além de tudo servirá para a comunidade onde a escola se encontra, assim como para todos que tiverem acesso a pesquisa, possa compreender melhor seus direitos relacionados ao transporte escolar, e que eles são garantidos por lei, mesmo que na realidade não seja oferecido como deveria.

DESENVOLVIMENTO

Ao se pensar em uma educação de qualidade nas escolas públicas, logo são avaliados o ambiente escolar, os métodos utilizados pelos professores e muitos outros aspectos que de forma direta ou indireta influenciam no desenvolvimento e aprendizado dos alunos, mas pouco se busca compreender a influência do transporte para o acesso e permanência de alunos nas escolas da zona rural. A lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação –encarregou aos Estados e Municípios a responsabilidade do transporte escolar aos alunos de sua rede de ensino, sendo permitida e facultada a parceria e cooperação entre estes.



Nesse sentido Feijó destaca que, “a constituição estadual³ consagra o princípio da universalidade do acesso e permanência na escola (art. 197, I), garantindo da mesma forma, o transporte escolar como um direito do educando e uma obrigação do estado” (Feijó, 2006). Contudo, a realidade apresenta um certo desinteresse por parte da administração pública, que não consegue oferecer um transporte escolar de qualidade que atenda esses alunos de maneira digna, e que não os desestimule, fazendo com que percam a vontade de ir à escola.

O transporte escolar consiste em uma política assegurada pela constituição federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 4, e pelo estatuto da criança e do adolescente (ECA), em seu artigo 54, com o objetivo de promover o acesso do aluno às escolas, condição básica para garantir o direito à educação.

Então, do ponto de vista do processo educacional é necessário um transporte escolar de qualidade para se ter uma boa educação. Porém não é isso que acontece, pois o transporte público escolar não é de uma qualidade aceitável em grande parte do Brasil. Isso pode ser resultado de diversos fatores como falta de políticas que assegurem as leis e decretos que dizem respeito a essa temática (questões que estão presentes), ou podem ser resultado de fatores históricos que estejam relacionados a questões econômicas, sociais, etc. ou seja, questões que abrangem muito mais que esse aspecto apenas de deslocamento de determinado lugar para outro.

Segundo o Ministério público federal, procuradoria do estado do Ceará, “o transporte escolar é serviço de utilidade pública e direito público subjetivo, ficando evidente que o Poder Público deve oferecê-lo gratuitamente para crianças e adolescentes que não tenham escola perto de casa” (BRASIL, 2006, p. 9). Na medida em que se observam os problemas dos moradores da área rural em acessar os serviços de educação, geralmente são encontrados fatores como a distância que dificultam o acesso à escola, assim nota-se a importância do transporte escolar. Egami et alli (2008) destaca que:

Quando se consideram as dificuldades que os moradores da área rural têm em desfrutar os serviços (saúde, lazer, educação, bancário etc.) muitos deixam de procurar tais serviços, seja pela ausência do transporte, seja pela falta de recurso para pagar os custos de deslocamento. Dessa forma, gera-se uma população de excluídos que somente terá melhores condições de vida se for beneficiada por alguma política pública voltada para o transporte.

A falta de estradas adequadas para se locomover e conduções em quantidade suficiente e em boas condições de uso tem trazido muitos transtornos para os discentes da zona rural como baixa qualidade no seu processo de ensino-aprendizado, e evasão escolar. Quando se consideram as



dificuldades que os moradores da área rural têm em se deslocar de uma área para outra fica evidente a importância do transporte público no seu dia a dia.

É em relação a isso que segundo Araújo;

Frente aos problemas que a área rural enfrenta em relação a educação, o transporte vem para minimizar aquele que pode ser considerado um dos principais fatores que levam à evasão escolar e ao baixo rendimento dos alunos: a distância que o aluno precisa percorrer até a escola. (INEP,2005; ARAÚJO,2008).

Sabe-se que a conjuntura política e social brasileira é marcada pela desigualdade e exclusão de muitos dos direitos fundamentais e sociais presentes na constituição. Essa situação é tão evidente que a mera disponibilização de um ensino gratuito não é garantia de acesso e permanência dos alunos na escola. Como é o caso dos alunos da instituição onde a pesquisa ocorreu, onde notou-se um número elevado de reprovações e também muitos casos onde os alunos abandonaram a escola, foi visando atender realidades como essa que foram criadas medidas suplementares como: o programa nacional de apoio ao transporte do escolar (PNATE).

O PNATE é o principal programa relacionado a essa temática, que foi criado para que uma cota do recurso federal fosse investida para ajudar em parte do financiamento do transporte escolar, ofertado para estudantes da zona rural que necessitam desse meio para chegar todos os dias nas escolas.

Temos também o programa caminho da escola, que assim como o PNATE tem o objetivo de ajudar os estados e municípios a cumprirem seus papéis, em que são obrigados através da lei federal nº 9.394/96, a garantirem aos alunos de suas redes de ensino um transporte escolar de qualidade para que esses tenham direito/acesso à educação. O programa caminho da escola atualmente ajuda muitos brasileiros da zona rural ou ribeirinha a chegar nas escolas.

Esse programa;

objetiva renovar a frota, impedindo que alunos utilizem veículos inadequados para o transporte; padronizar os meios de transporte utilizados, ou seja, todos os alunos de todos os municípios terão o mesmo modelo de veículo ofertado, garantindo a qualidade e segurança; reduzir o preço dos veículos escolares por meio da isenção de impostos e aumentar a transparência na aquisição dos veículos; reduzir a evasão escolar garantindo o acesso e permanência dos estudantes residentes na zona rural nas escolas (BRASIL, 2009).

Reconhecendo a importância das políticas públicas educacionais, o governo federal em parceria com os estados e municípios buscam resolver, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), políticas, programas, e ações com o intuito de combater,



ou pelo menos amenizar as desigualdades existentes entre regiões, estados e municípios brasileiros.

Este problema é abordado por Dourado (2005), nos seguintes termos:

[O Brasil apresenta uma] estrutura educacional descentralizada e fortemente marcada por disparidades entre as cinco regiões que o compõe (norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste). Desse modo os indicadores educacionais retratam esse processo desigual e combinado e requerem políticas e gestões para a educação que considerem esse cenário na busca de alternativas e proposições educativas (DOURADO, 2005, p. 12).

Por conta das diferentes situações e necessidades de cada região, o governo federal considera os indicadores sociais de cada região a fim de atender as reais necessidades da população beneficiada, por isso, quanto maiores são as barreiras físicas e mais baixas a situação financeira do aluno, maior é a dependência do transporte para se chegar à escola. O não fornecimento de um meio de transporte pode ocasionar a ausência do professor e de muitos estudantes às aulas (EGAMI, 2006).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. E. F. (2008). **Análise de eficiência nos custos operacionais de rotas de transporte escolar rural. Dissertação de Mestrado.** Universidade de Brasília. Faculdade de Tecnologia. Departamento de Engenharia Civil e Ambiental. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Ceará. **Transporte Escolar: via legal para uma educação de qualidade.** Ceará, 2006. Disponível em: <http://www2.prce.mpf.gov.br/prce/pr/publicacoes/arquivos/cartilha-transporte-escolar.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2017.

BRASIL (1996). **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394.

BRASIL (2009). **Programa caminhos da escola.**

EGAMI, Cintia Yumiko ET AL. **Panorama das Políticas Públicas do Transporte Escolar Rural.** Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU. Universidade de Brasília – UNB Campus Universitário Darcy Ribeiro; Brasília (DF), 2008.

EGAMI, C. Y.; SOUZA, R. F. A.; MAGALHÃES, M. T. Q.; COSTA, E. J. S. C.; ALVES, M. F. B., YAMASHITA, Y. **Panorama das Políticas Públicas do transporte escolar.** Brasília-DF, 2006.

FEIJÓ, Patrícia Collat Bento. **Transporte Escolar: a obrigação do poder público municipal no desenvolvimento do programa.** 2006. 10 f. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/9239/transporte-escolar-a-obrigacao-do-poder-publico-municipal-no-desenvolvimento-do-programa>. Acesso em: 04 maio 2017.



PEGORETTI, M. S. (2005). **Definição de um Indicador para Avaliar a Acessibilidade dos Alunos da Zona Rural às Escolas da Zona Urbana.** São Carlos, São Paulo/SP: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

VALENTE, A M. **Gerenciamento de Transportes e Frotas.** São Paulo, Pioneira, 1997.